

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022
GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

GABARITO PRELIMINAR

(divulgação em 25/07/22)

OBSERVAÇÃO 1: Confira seu gabarito pelo enunciado da questão (e não pelo número) e pelas alternativas da resposta (e não pela letra) pois o sistema da prova mistura as questões e as alternativas. A resposta correta está em vermelho.

OBSERVAÇÃO 2: O candidato poderá visualizar suas respostas na mesma plataforma onde realizou a prova.

OBSERVAÇÃO 3: Caberá recurso dirigido por email para pral-estagio@mpf.mp.br , no prazo de 1 (um) dia útil após a data de divulgação do gabarito preliminar, das 00h às 23h59 (horário local), conforme especificado no Edital PR/AL nº 01/2022.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 - Assinale a alternativa que respectivamente preenche CORRETAMENTE as lacunas.

- I. A construção do prédio obedeceu ___ normas da prefeitura.
- II. É preferível expedir uma recomendação ___ litigância demasiada.
- III. Todos são iguais perante ___ lei.
- IV. A cada processo havia um problema, ___ exceção dos processos daquele advogado.

- A) as / à / à / a
- B) às / à / a / à**
- C) às / a / à / à
- D) as / a / a / à

2 - Acerca da sintaxe das orações abaixo, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE o tipo de sujeito em cada uma delas respectivamente:

- I. Precisa-se de estagiários para o Ministério Público Federal.
- II. Meu irmão, Joaquim, estagia à tarde.
- III. Nevou o dia todo.
- IV. Determinação e força de vontade ajudam todos a vencer na vida.

- A) inexistente / composto / indeterminado / composto
- B) indeterminado / composto / indeterminado / composto
- C) indeterminado / simples / inexistente / composto**
- D) inexistente / simples / inexistente / composto

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

3 - Acerca da significação das palavras, assinale a alternativa em que todas foram empregadas de forma CORRETA:

- A) A segunda seção do Superior Tribunal de Justiça finalizou a sessão de julgamento e reconheceu que a cessão do direito foi legítima.
- B) A portas serradas houve o julgamento do preso em flagrante, cuja condenação o fez retornar à sua sela.
- C) A discriminação dos negros que hodiernamente ainda acontece no Brasil acarreta o não cumprimento de tratados internacionais firmados pelo nosso país.
- D) Disse a testemunha: “Entrei no paço, passo a passo, para apertar o laço do buquê de flores que estava lasso, posto que caído ao chão, com a tensão de diminuir a tenção dos envolvidos”.

4 - Assinale a alternativa que possua CORRETA concordância verbal e nominal:

- A) A petição inicial detinha argumentos os mais elaborados possível.
- B) É necessária cautela nas palavras utilizadas nos recursos.
- C) Existiam ainda cinco testemunhas que não haviam sido ouvidas.
- D) Mais de um ministro do Supremo Tribunal Federal votaram pela procedência da Ação Direta de inconstitucionalidade.

5 - Assinale a alternativa na qual as palavras estão grafadas e acentuadas de forma CORRETA:

- A) Os cidadãos não podem enxergar obstaculos à persecussão de suas metas e à consecussão de seus objetivos.
- B) A dissenção é característica do convívio social, sendo certo que a ascenção em qualquer area social ou do conhecimento não pode ter por premissão a má-fé.
- C) A superfluidade do ser não pode justificar o mau-caratismo, tampouco a condescendência criminosa.
- D) Os crimes contra a honra vizam a proteger as pessoas do oprobio e da infamia e, através do devido processo legal, a pretensão punitiva e a persecussão penal devem se digladiar com o direito de defesa sem privilégios.

6 - Acerca da classe das palavras, assinale a alternativa que indica corretamente o que é a palavra destacada na seguinte sentença “Se eu pular de um helicóptero sem paraquedas, morrerei”:

- A) **Conjunção**
- B) Advérbio
- C) Interjeição
- D) Preposição

DIREITO PENAL

1 - Quanto aos princípios do Direito Penal, marque a alternativa CORRETA:

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

a) De acordo com o princípio da intervenção mínima, a pena cominada aos delitos deve sempre partir do patamar mínimo abstratamente cominado, sendo elevada a pena gradativamente por aplicação de circunstâncias judiciais e majorantes aplicáveis ao caso.

b) De acordo com o princípio do “*ne bis in idem*”, ninguém poderá ser processado duas vezes pelo mesmo delito, exceto se em primeiro julgamento a sentença absolutória decorrer da insuficiência de provas.

c) De acordo com o princípio da presunção de inocência, não será possível a prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, salvo quando há certeza da culpa, em decorrência de situação de flagrante delito ou da existência de maus antecedentes.

d) Em decorrência do princípio da legalidade, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

2 - Caio convidou Tício para irem juntos a um festejo junino. No local, Caio pediu a Tício, que já se dirigia a uma barraca de bebidas, para que lhe comprasse uma cerveja, entregando-lhe uma cédula de cem reais que Caio sabia ser falsa. Tício, todavia, sem ter conhecimento a respeito da falsidade da nota, tendo em vista que a falsificação era de muito boa qualidade, comprou a bebida a pedido de Caio com a cédula falsa. Tendo em vista o caso narrado, marque a alternativa INCORRETA:

a) Tício agiu em erro de tipo.

b) A conduta de Caio é impunível, não podendo ser considerado autor do delito de moeda falsa, tendo em vista que o responsável por introduzir a cédula falsa em circulação foi Tício.

c) Caio e Tício não agiram em concurso de pessoas.

d) O crime de moeda falsa, na modalidade “guardar”, é crime permanente.

3 - Inácio trabalha há 5 anos no Banco do Brasil, mas prefere os serviços prestados pela Caixa Econômica Federal, da qual é cliente há muitos anos. Em determinado dia, enquanto estava sendo atendido por um funcionário da Caixa Econômica Federal, Inácio aproveitou-se de momento de distração do referido funcionário e subtraiu R\$ 500,00 (quinhentos reais) de propriedade da Caixa Econômica Federal. Marque a alternativa que indica o delito praticado por Inácio.

a) Peculato.

b) Apropriação indébita.

c) Furto.

d) Estelionato.

4 - Marque a alternativa CORRETA:

a) A pesca mediante a utilização de explosivos, embora possa configurar crime de perigo comum, previsto no Código Penal, não configura delito ambiental, exceto quando as espécies atingidas pela conduta estiverem ameaçadas de extinção.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

b) Configura crime contra a flora caçar pássaros em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida.

c) Não é crime o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

d) Para o enquadramento típico do delito de pesca por meio proibido não podem ser utilizadas, como forma de complementação da norma penal em branco, as normas infralegais expedidas pelos órgãos competentes, pois isso configuraria violação ao princípio da legalidade.

5 - Consideradas as assertivas abaixo, marque a alternativa CORRETA:

I) Ocorre desistência voluntária quanto o agente, por circunstâncias alheias à sua vontade, desiste de prosseguir na execução do delito.

II) Ocorre arrependimento eficaz quando o agente, depois de iniciada a execução do delito, impede que o resultado se produza.

III) O arrependimento posterior gera a redução da pena de um a dois terços, apenas quando reparado o dano antes da consumação do delito.

a) Apenas uma assertiva está correta.

b) Apenas duas assertivas estão corretas.

c) Nenhuma assertiva está correta.

d) Todas as assertivas estão corretas.

6 - Marque a alternativa CORRETA:

a) A conduta daquele que importa cloridrato de cocaína em pó, em voo com origem no exterior destinado ao Brasil, configura delito de contrabando.

b) A redução de tributo mediante a prestação de informação sabidamente falsa em declaração anual de imposto de renda configura o delito de falsidade ideológica, por ausência de figura típica específica na Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária.

c) O delito de receptação é punível ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.

d) Comete o delito de falsidade ideológica aquele que altera certidão de nascimento verdadeira, inserindo dados falsos sobre a data do nascimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1 - Sobre o princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade, assinale a alternativa incorreta:

a) Pelo princípio da presunção de inocência, caberá ao órgão acusatório o ônus de trazer os elementos probatórios que demonstrem a culpa do acusado, e não este de provar sua inocência.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

- b) O simples fato de o acusado apresentar versões inconsistentes e inverossímeis sobre os fatos imputados na denúncia não implica, por si só, a sua culpa, devendo existir provas que revelem sua culpabilidade.
- c) Poderá o réu ficar em silêncio ao longo de todo o processo, sendo que tal conduta não pode lhe causar qualquer prejuízo processual.
- d) Mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, ainda incidirá o princípio do in dubio pro reo, seja no âmbito da execução penal como também no processamento de eventual revisão criminal.

2. Sobre provas ilícitas, é INCORRETO afirmar:

- a) A vedação da utilização de provas ilícitas não pode ser afastada em nenhuma hipótese, ainda que seja para favorecer o acusado em situações excepcionais.
- b) A doutrina processual penal faz uma distinção conceitual entre a prova ilícita e a prova ilegítima, sendo aquela a obtida com violação ao direito substantivo e, esta última, a obtida com violação ao direito adjetivo.
- c) Consoante previsto no Código de Processo Penal, preclusa a decisão de desentranhamento da prova declarada inadmissível, esta será inutilizada por decisão judicial.
- d) As provas derivadas das ilícitas não se considerarão contaminadas quando puderem ser obtidas de uma fonte independente destas, ou quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras, segundo o disposto na norma processual penal.

3. Por não vislumbrar elementos suficientes que revelem a autoria e materialidade do delito investigado, inquérito policial foi arquivado por despacho do juiz, a requerimento do Ministério Público. Diante disso, eventual ação penal relativa a tais fatos:

- a) só poderá ser instaurada se o pedido de arquivamento do Ministério Público tiver se baseado em prova falsa.
- b) não poderá mais ser proposta por ter se exaurido a atividade de acusação.
- c) poderá ser ajuizada, desde que surjam novas provas.
- d) não poderá mais ser instaurada, pois implicaria revisão prejudicial ao acusado.

4. Sobre o inquérito policial:

- a) não pode ser instaurado por requisição do Ministério Público.
- b) é um procedimento que, pela sua natureza investigatória, não permite que o indiciado tenha acesso aos documentos e elementos informativos nele contidos.
- c) não pode correr em sigilo, devendo ser submetido à publicidade que rege o processo penal.
- d) não pode ser arquivado pela autoridade policial, mesmo se forem insuficientes as provas da autoria do delito.

5. Com relação aos requisitos e possibilidade de decretação da prisão preventiva, julgue a alternativa CORRETA dentre os itens a seguir:

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

- a) em investigações envolvendo organizações criminosas, a prisão preventiva poderá ser decretada como forma de estimular que o investigado confesse o delito.
- b) em casos que o crime apurado tiver provocado grave clamor público, a prisão preventiva poderá ser decretada com base na garantia da ordem pública.
- c) em determinadas situações, os Tribunais Superiores permitem que a prisão preventiva seja decretada pelo juiz de ofício.
- d) ainda que o juiz verifique que o agente praticou o fato em legítima defesa, poderá decretar a prisão preventiva.

6. Sobre os Juizados Especiais Criminais, regidos pelas Leis 9.099/95 e 10.259/01, é INCORRETO afirmar:

- a) Ao contrário da suspensão condicional do processo, a transação penal pode ser oferecida antes de apresentada a denúncia pelo titular da ação penal.
- b) o instituto da transação penal somente é cabível nos casos de ação penal privada.
- c) Nos crimes de ação pública incondicionada, a composição civil dos danos não extingue a punibilidade.
- d) durante o período de prova, a suspensão condicional do processo poderá ser revogada caso o beneficiário venha a ser processado por outro crime ou contravenção.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1- Concernente aos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Atos administrativa admitem a forma oral e escrita.
- b) O ato administrativo discricionário permite maior espaço de tomada de decisão pela Administração Pública.
- c) A autotutela diz respeito ao poder-dever da Administração Pública rever seus próprios atos administrativos, quando eivados de vícios.
- d) O ato administrativo vinculado não admite nenhum tipo de sopesamento, devendo ser obedecida, sem exceções, a finalidade prescrita em lei, não abrindo espaço para discussões.

2-Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021), é CORRETO afirmar que:

- a) Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, desde que se torne prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- b) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

- c) Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, não será computado retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) Somente a Advocacia da União poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

3-Ainda sobre o tema improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) é ato de improbidade que causa dano ao erário descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.
- b) é ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- c) é ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito frustrar a licitude de procedimento licitatório.
- d) é ato de improbidade que causa dano ao erário conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

4-Acerca dos temas Administração Pública, atos administrativos, responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público interno e das de direito privado prestadoras de serviços públicos, julgue os itens a seguir, e ao final responda.

- I – O direito de regresso das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não existe quando o agente responsável age com culpa;
- II – O nexos causal entre o fato administrativo e o dano é pressuposto essencial para a configuração de responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos;
- III – Os atos administrativos têm a característica de serem autoexecutáveis, isto é, o ato administrativo, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado.

- a) Todas as assertivas são incorretas.
- b) A assertiva II é incorreta.
- c) A alternativa I é correta.
- d) Apenas a alternativa I é incorreta.

5-Sobre os servidores públicos e a Lei nº 8.112/1990, julgue os itens a seguir, e ao final responda.

- I – Posse e exercício são institutos que não se confundem.
- II – É de vinte dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- III – Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.
- IV – A readaptação é uma forma de vacância de cargos públicos.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

V – É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

- a) II, IV e V são corretas.
- b) II, III e IV são corretas.
- c) I, IV e V são corretas.
- d) Todas são corretas.

6-Acerca do processo administrativo disciplinar, regido pela Lei nº 8.112/1990, é INCORRETO afirmar que:

- a) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
- b) A fase do inquérito administrativo não observa o contraditório, haja vista sua natureza inquisitorial.
- c) Durante a instrução do processo, o depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.
- d) Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

DIREITO CIVIL

1 - Assinale a alternativa errada sobre os direitos da personalidade:

- a) O pseudônimo adotado para atividades lícitas ou ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- b) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- c) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- d) Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.

2 - Assinale a alternativa errada quanto ao domicílio:

- a) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo
- b) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar de residência de seu genitor.
- c) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- d) Nos contratos escritos, poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.

3- Assinale a alternativa errada:

- a) A manifestação de vontade pelo representante, nos limites de seus poderes, produz efeitos em relação ao representado.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

- b) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- c) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.
- d) O silêncio importa anuência quando não for necessária a declaração de vontade expressa, independente dos usos e do costume.

4) Assinale a alternativa errada:

- a) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- b) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a jurisprudência.
- c) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- d) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

5) Assinale a alternativa errada sobre as pessoas jurídicas:

- a) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- c) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.
- d) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, ainda que desbordem dos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 - Assinale a alternativa errada sobre a Ação Civil Pública:

- a) A propositura da ação civil pública prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações civis públicas posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- b) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações,

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

c) Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

d) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, inclusive se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas.

2 - Assinale a alternativa certa quanto à improbidade administrativa:

a) A representação por improbidade administrativa, que será escrita ou oral, conterá a qualificação do representado e a apresentação das provas contra ele.

b) No âmbito das ações de improbidade administrativa é inadmissível celebração de acordo de não persecução cível.

c) Será apenado com a pena de advertência, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar a declaração dos bens prevista na lei de improbidade administrativa.

d) Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito

3 - Assinale a alternativa errada sobre a intervenção de terceiros:

a) Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

b) A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

c) É admissível a denúncia da lide, devendo ser promovida necessariamente pelo réu.

d) Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente sempre que a sentença influir na relação jurídica entre ele e o adversário do assistido.

4 - Assinale a alternativa errada sobre o mandado de segurança:

a) Em caso de urgência, é permitido, observados os requisitos legais, impetrar mandado de segurança por telegrama, radiograma, fax ou outro meio eletrônico de autenticidade comprovada.

b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.

c) O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão de mérito for denegatória.

d) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

5 - Assinale a alternativa errada:

- a) interesses ou direitos difusos são entendidos como os transindividuais de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato .
- b) interesses ou direitos coletivos são entendidos como os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por um contrato formal.
- c) interesses ou direitos individuais homogêneos são entendidos como os de origem comum
- d) Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 - Assinale a alternativa que **NÃO** descreve uma obrigação do Poder Público voltada a assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado:

- A) Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- B) Proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.
- C) Definir espaços territoriais especialmente protegidos, cuja supressão pode ser determinada por qualquer espécie de ato administrativo, desde que emanado do Chefe do Poder Executivo do respectivo ente federativo.
- D) Exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

2 - Marque a opção **CORRETA** a respeito das disposições constitucionais sobre o Ministério Público:

- A) É facultado ao membro do Ministério Público o exercício de atividade político-partidária, desde que se licencie do cargo no prazo determinado em lei.
- B) O Ministério Público da União compreende três ramos, a saber: Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar.
- C) Incumbe ao Ministério Público a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- D) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira.

3 - Amara de Jesus, cidadã alagoana analfabeta de 28 anos, ouviu no rádio que a legislação brasileira prevê a reserva de gênero de 30% para as mulheres nas

MPF-AL – SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO 2022

GABARITO PRELIMINAR - PROVA OBJETIVA 25/07/2022

candidaturas proporcionais e teve a ideia de concorrer para um mandato eletivo. Assinale a alternativa CORRETA considerando o regramento constitucional sobre direitos políticos:

- A) Amara de Jesus tem idade suficiente para concorrer a qualquer cargo do Poder Executivo.
- B) Amara de Jesus é inelegível, porque analfabeta.
- C) Apesar de seu analfabetismo, o voto é obrigatório para Amara de Jesus.
- D) Prescinde-se de filiação partidária para concorrer a um cargo eletivo.

4 - Aponte a assertiva CORRETA sobre direitos fundamentais:

- A) Como a vida é um direito fundamental inviolável e irrenunciável, o ordenamento jurídico brasileiro não admite o aborto em nenhuma hipótese, porque inconstitucional.
- B) O STF considera inconstitucional o sistema de cotas em universidades públicas com base em critério étnico-racial, por violação ao princípio da igualdade.
- C) A inviolabilidade do domicílio contempla a residência que o indivíduo ocupa com intenção de moradia definitiva, mas não alcança seu escritório profissional ou outro local de trabalho.
- D) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais é a incidência e aplicação dos direitos fundamentais no âmbito das relações privadas.

5) Assinale a assertiva INCORRETA acerca das regras que regem a Administração Pública:

- A) Os princípios da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência) não se aplicam às sociedades de economia mista, uma vez que estas são pessoas jurídicas de direito privado.
- B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- C) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

6 - Assinale a alternativa que contém uma competência NÃO afeta exclusivamente à União:

- A) Declarar a guerra e celebrar a paz.
- B) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- C) Manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
- D) Executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.